

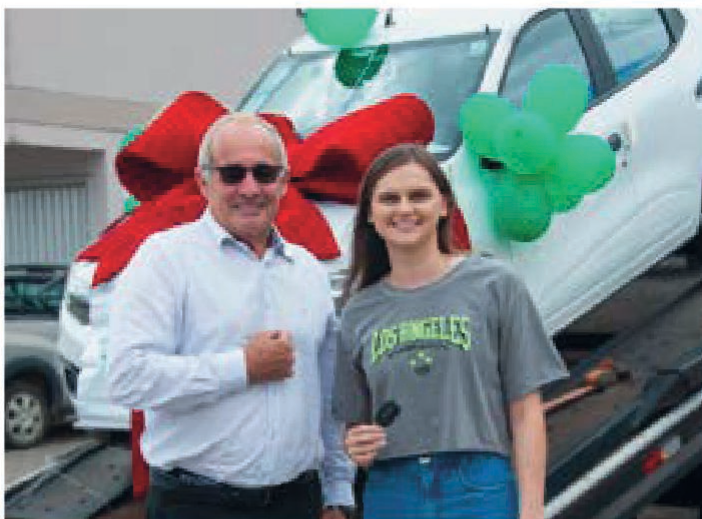
BOLETIM

SICOOB ALTO VALE

NOTÍCIAS & COOPERAÇÃO

Edição 27
Janeiro e Fevereiro de 2023

Associada de Taió ganha carro zero Km



Em 2022, a campanha Grandes Prêmios Grandes Chances do Sicoob premiou 115 associados do Sicoob Alto Vale. O último sorteio, realizado em janeiro, contemplou a associada de Taió Cristina Radoll Steinheuser, que ganhou um dos 31 carros da promoção: um Renault Kwid ZEN 1.0.

A ganhadora participou do evento de encerramento da promoção, no dia 11 de fevereiro, com entrega simbólica dos automóveis, no Hard Rock, em São José. O presidente do Sicoob Alto Vale, Pedro Locks, acompanhou a solenidade e a premiação.

O Grandes Prêmios Grandes Chances do Sicoob SC/RS distribuiu

R\$ 3,1 milhões em prêmios. A campanha ocorreu entre os dias 1º de fevereiro 2022 e 18 de janeiro 2023 e participaram todos os associados que investiram em cota capital ou adquiriram qualquer solução financeira do Sicoob neste período, cada qual com seu limite de valor para gerar um número da sorte. O número da sorte da Cristina, de Taió, foi gerado pelo investimento em renda fixa.

O carro foi entregue em Taió para a associada no dia 16 de março, com a presença da equipe do Sicoob Alto Vale e a imprensa regional.



Mais prêmio na região

O associado do Sicoob Alto Vale de Agrolândia, pessoa jurídica, Reinwald Sievers Cia Ltda, foi sorteado na promoção Máquina de Prêmios da Sipag e recebeu um vale-poupança no valor de R\$ 12.280,00, equivalente a uma motocicleta zero Km da marca Honda, modelo CG 160 Start.

O anúncio da premiação foi feito no dia 14 de fevereiro, às 14h, na empresa do associado que tem o nome comercial de Casa das Rações e está localizada em Rio do Sul. O momento surpresa, envolveu uma caixa de presente, com uma placa anunciando o prêmio, entregue ao associado pelo gerente da agência do Sicoob Alto Vale em Agrolândia, Tiago Jochem e pelo diretor de negócios, Moacir Carlos Bonin.

A promoção Máquina de Prêmios da Sipag ocorreu entre os dias 1º de novembro e 31 de dezembro de 2022. A cada R\$ 200 em vendas, o associado recebia um número da sorte para concorrer a 24 motos e a 3 carros.



Evolua soma mais de 180 horas de conhecimento compartilhado

O Evolua, programa de capacitação do Sicoob Alto Vale, começou o ano com ações diferentes. A primeira delas em Imbuia, na Festa Estadual do Milho Verde (Femive), no dia 2 de março, com a convidada Vera Ceolin e o tema "O Poder da Mulher Maravilha", um evento especial para o público feminino e que reuniu mais de 600 mulheres. Também em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o segundo encontro ocorreu em Vidal Ramos, durante a programação da Doce Festa, no dia 10 de março. "A magia de ser mulher diante de um cenário de transformação" foi apresentado pelo palestrante Dalmir Sant'Anna.



A agenda do Programa Evolua está apenas começando, se você tem interesse em alguma capacitação, procure o seu Ponto de Atendimento e converse com seu gerente, a sua demanda pode ser a de tantos outros associados.

Em 2022, o Sicoob Alto Vale realizou 28 encontros com a assinatura Evolua, mais de 2.200 pessoas capacitadas em 11 municípios. Foram 184 horas de conhecimento compartilhado sobre educação financeira, gestão empresarial, gestão da propriedade rural, agronegócio, vendas e atendimento, entre outros. Para a realização de cada encontro a cooperativa conta com apoio de parceiros, ao todo, no ano passado, foram 33 entidades, prefeituras, secretarias ou organizações parceiras.

Palavra do Presidente



O ano de 2023 começou com tudo! Nossa equipe animada, a cooperativa com novidades e recursos para oferecer ao cooperado. Nestes primeiros meses o trabalho já foi intenso, na parte de planejamento, mas também de prestação de contas do ano que terminou.

Iniciamos a realização das pré-assembleias, reuniões onde fazemos a prestação de contas para os cooperados de cada Ponto de Atendimento, apresentando também o resultado que tivemos em 2022. Os números completos estão nas Demonstrações Financeiras nas próximas páginas. Ainda durante essas reuniões nos municípios, realizamos a eleição do novo grupo

de delegados que representará todos os associados nos próximos quatro anos.

Queremos destacar que está em andamento a obra tão aguardada da nossa Sede Administrativa, em Rio do Sul, um espaço amplo de 2,7 mil m² que vai poder abrigar toda a equipe de apoio que trabalha para atender todas as agências da cooperativa, com espaço para reuniões e treinamentos e um amplo estacionamento.

Neste mês de março temos a nossa Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 28 e na mesma semana, dia 31 a inauguração do Ponto de Atendimento no município de Dona Emma. O ano está apenas começando, mas por aqui o trabalho está intenso, sempre com o propósito de oferecer o melhor em soluções financeiras para os associados e com qualidade no atendimento.

Um abraço! Pedro Locks.



Sede Administrativa em construção.

Expediente

Jornalista responsável:
Aline Kummrow (SC 03175 JP)

Projeto Gráfico:
Comunicação Sicoob Central SC/RS

Diagramação:
Roger Seula

Impressão:
Gráfica Tipotil

Tiragem:
400 exemplares

Circulação:
Alto Vale do Itajaí

Sicoob Alto Vale
Fone: (47) 3522-6944

E-mail:
aline.k@sicoobaltovale.coop.br

Intercooperação é tema do Fórum de Lideranças Cooperativistas

O presidente Pedro Locks e os diretores Moacir Carlos Bonin e Miriam Peixe Hinghaus estiveram juntos a um time de gestores do Sicoob Alto Vale participando do Fórum de Lideranças Cooperativistas.

O evento realizado no dia 8 de fevereiro, pelo Núcleo de Cooperativas do Alto Vale, coordenado pela Acirs, abordou o tema Intercooperação e Governança com o presidente da Cooperativa Aurora, Neivor Canton, e ainda Inovação e Pessoas por meio de um painel com os profissionais Fabiana de Souza Medeiros da Cooper e Leonardo Aguiar da Unimed.

Um momento de celebração do cooperativismo com a reunião de lideranças das cooperativas que atuam na região: além do sistema Sicoob, a Unimed Alto Vale, Uniodonto, Cooper, Cravil, Cresol, Sicredi, Credcrea, Unicred e Viacredi Alto Vale.



Negócios e relacionamento



O time do agronegócio do Sicoob Alto Vale esteve presente no Dia de Campo Cravil, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fevereiro, em Lontras. Além de um estande para atender produtores e visitantes, o Sicoob Alto Vale esteve representado pelos colaboradores dos Pontos de Atendimento que acompanharam os cooperados de diferentes municípios. O presidente da cooperativa, Pedro Locks também compareceu ao evento.

Segundo informações da Cravil, mais de 4 mil pessoas visitaram o Dia de Campo da cooperativa nos três dias de evento.

Sicoob Solidário beneficia cerca de 800 pessoas

A 10ª edição do Sicoob Solidário que ocorreu no final do ano passado beneficiou cerca de 800 pessoas. A campanha arrecadou mais de 840 quilos de alimentos, 970 brinquedos, 50 peças de roupas e 70 pacotes de fraldas. Número que só foi possível com a cooperação e solidariedade dos nossos associados e parceiros.

O material arrecadado foi entregue aos municípios de Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Mirim Doce, Pouso Redondo, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul e Saleté. E para entidades como o Centro de Reabilitação de Agrolândia, o Jeep Clube de Lontras. O material

arrecadado foi entregue diretamente às famílias e comunidades dos municípios citados e para entidades como Associação de Apoio às Crianças Carentes de Petrolândia, Lar Mover Caminhos de Presidente Getúlio, Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Taió e Associação de Acolhimento de Crianças e Adolescentes Albertina Berkenbrock de Vidal Ramos.



Sicoob Alto Vale presta contas e elege novos delegados

2022

(DATA BASE: 15 de dezembro de 2022)



45.812
associados



22
municípios



26
Postos de
atendimento
+ UAD



275
colaboradores



O Sicoob Alto Vale ultrapassou em 2022 a marca de R\$ 1 bilhão em ativos totais. O crescimento do Capital Social foi de 30% comparado a 2021, e a soma de associados passa de 45 mil pessoas. Esses e outros números da cooperativa estão sendo apresentados nas pré-assembleias, 22 eventos, em 22 municípios.

Além da prestação de contas, durante as reuniões está ocorrendo a eleição dos novos delegados que representarão o Sicoob Alto Vale nos próximos quatro anos: de 01/04/2023 a 31/03/2027. Ao final das eleições, 90 associados estarão como delegados.

O presidente do Sicoob Alto Vale, Pedro Locks, que participa de todas as pré-assembleias, destaca que 2022 foi um ano excelente para a cooperativa e para os cooperados. "De remuneração ao capital do associado, valor já depositado no final do ano passado, foram mais de R\$ 3 milhões. A nossa sobra líquida foi a maior de toda a história do Sicoob Alto Vale, passando de R\$ 34 milhões, sem falar na economia que nossos associados tiveram juntos, uma soma de R\$ 94 milhões. São números que representam a participação do nosso associado na cooperativa".

A economia, mencionada pelo presidente, é um cálculo da média de valor economizado por cooperado, com base nas taxas praticadas pelo mercado financeiro.

Os números completos do exercício 2022 da cooperativa estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras que você encontra nas páginas seguintes. A disposição da Assembleia Geral Ordinária, que ocorre no dia 28 de março, estão as sobras de R\$ 19.688.809,66.

O Sicoob Alto Vale fechou 2022 presente em 22 municípios, com 26 pontos de atendimento, 275 colaboradores e 45.812 associados.



**estamos
chegando
em
Dona
Emma**



SICOOB
Alto Vale

Rua Prefeito Sido Schroeder, N° 110, Centro, Dona Emma - SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira Sicoob Alto Vale.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Nossa Cooperativa

O Sicoob Alto Vale é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça nosso Conselho de Administração e Diretoria

Pedro Locks
Presidente

Valdemar Backmeier
Conselheiro

Laudir Schaffer
Vice Presidente

Volnei Michels
Conselheiro

Everaldo J. Leffer de Liz
Secretário

Miriam Peixe Hinghaus
Diretora Administrativa

Fábio Alex Loch
Conselheiro

Moacir Carlos Bonin
Diretor de Negócios

Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma con-

centração de 95,94% nos níveis de "AA" a "C".

Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso nossos cooperados são representados por delegados, que possuem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob Central SC/RS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regimento da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com Pacto de Ética proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o Sicoob Alto Vale registrou o total de 28 (vinte e oito) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a (conta capital, mau atendimento, cartão de crédito e APP). Das reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele as-

segura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições

associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Demonstrações dos Resultados Consolidados

Data-base: 31 de dezembro de 2022

Grandes números	% de crescimento	2022	2021
Resultados financeiros	50,87%	R\$ 33.279.859,15	R\$ 22.058.892,22
Patrimônio Líquido	40,88%	R\$ 121.490.039,07	R\$ 86.236.872,49
Ativos	33,46%	R\$ 1.136.058.868,76	R\$ 851.254.823,94
Depósitos na Centralização Financeira	51,75%	R\$ 440.522.252,12	R\$ 290.301.477,96
Número de cooperados	13,58%	45.812	40.334

Carteira de Crédito	% de crescimento	2022	2021
Total	26,53%	R\$ 683.259.289,87	R\$ 540.005.037,22
Carteira Rural	59,96%	R\$ 181.775.880,68	R\$ 113.635.833,60
Carteira Comercial	17,62%	R\$ 501.483.409,19	R\$ 426.369.203,62

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 6,88% da carteira, no montante de R\$ 47.061.154,51.

Captações	% de crescimento	2022	2021
Total	27,83%	R\$ 839.192.024,73	R\$ 656.486.648,39
Depósitos à vista	7,76%	R\$ 221.079.768,33	R\$ 205.154.420,17
Depósitos sob aviso	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Depósitos a prazo	30,07%	R\$ 497.217.946,84	R\$ 382.258.854,63
LCA	31,42%	R\$ 84.120.647,44	R\$ 64.006.961,82
LCI	625,83%	R\$ 36.773.662,12	R\$ 5.066.411,77

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 9,81% da captação, no montante de R\$ 81.346.204,65.

Patrimônio de referência	% de crescimento	2022	2021
Total	40,82%	R\$ 113.672.358,27	R\$ 80.721.711,01

BALANÇO

Balanço Patrimonial

Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Em Reais			
ATIVO		1.136.058.868,76	851.254.823,94
DISPONIBILIDADES		13.087.508,65	11.317.991,51
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.132.256.659,30	836.423.238,99
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	33.351.710,82	23.660.726,41
Títulos e Valores Mobiliários	6	32.372.379,68	19.702.442,57
Relações Interfinanceiras		374.798.161,62	246.938.308,98
Centralização Financeira	4.b	374.798.161,62	246.938.308,98
Operações de Crédito	7	683.259.289,87	540.005.037,22
Outros Ativos Financeiros	8	8.475.117,31	6.116.723,81
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(18.766.899,77)	(11.881.884,40)
(-) Operações de Crédito	7	(18.086.214,56)	(11.590.046,75)
(-) Outras	8.1	(680.685,21)	(291.837,65)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		943.229,37	195.221,71
OUTROS ATIVOS	9	1.359.792,16	388.001,41
INVESTIMENTOS		-	7.960.734,80
IMOBILIZADO DE USO		11.123.398,00	9.947.656,49
INTANGÍVEL		94.366,93	266.925,31
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(4.039.185,88)	(3.363.061,88)
TOTAL DO ATIVO		1.136.058.868,76	851.254.823,94
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.136.058.868,76	851.254.823,94
DEPÓSITOS	10	718.297.715,17	587.413.274,80
Depósitos à Vista		221.079.768,33	205.154.420,17
Depósitos a Prazo		497.217.946,84	382.258.854,63
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		277.231.991,02	161.133.041,32
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11	120.894.309,56	69.073.373,59
Relações Interfinanceiras		154.344.508,02	89.533.537,54
Repasse Interfinanceiros	12.a	154.344.508,02	89.533.537,54
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.b	1.803.478,13	2.336.216,06
Outros Passivos Financeiros		189.695,31	189.914,13
PROVISÕES		1.728.604,03	1.328.579,99
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS		887.217,41	672.504,64
OUTROS PASSIVOS	13	16.423.302,06	14.470.550,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.490.039,07	86.236.872,49
CAPITAL SOCIAL	14.1	61.903.794,66	47.599.515,71
RESERVAS DE SOBRAS	14.2	39.897.434,75	25.694.241,59
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	14.3	19.688.809,66	12.943.115,19
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.136.058.868,76	851.254.823,94

BALANÇO

Demonstração das Sobras ou Perdas

Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Em Reais				
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		81.606.557,09	142.998.660,65	68.551.909,81
Operações de Crédito	17	53.372.106,10	96.058.091,36	54.784.811,99
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		25.242.003,17	41.692.977,19	12.102.517,49
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.615.008,61	2.801.943,98	891.329,50
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.377.439,21	2.445.648,12	773.250,83
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	(47.373.736,82)	(78.045.399,72)	(25.533.258,48)
Operações de Captação no Mercado		(36.699.763,10)	(61.684.145,48)	(17.723.607,90)
Operações de Empréstimos e Repasses		(4.524.554,41)	(6.747.165,93)	(2.549.383,50)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(6.149.419,31)	(9.614.088,31)	(5.260.267,08)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		34.232.820,27	64.953.260,93	43.018.651,33
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(14.606.175,79)	(26.633.587,50)	(17.555.914,60)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	19	4.069.618,74	8.066.960,20	8.696.551,79
Rendas de Tarifas	20	586.442,64	1.227.016,68	1.383.627,67
Dispêndios e Despesas de Pessoal	21	(11.630.487,61)	(21.283.505,63)	(16.875.624,64)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	22	(10.225.704,38)	(19.615.524,70)	(16.060.838,41)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(200.501,41)	(446.255,09)	(731.159,72)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais		4.265.454,92	8.011.581,54	6.714.558,31
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais		(1.470.998,69)	(2.593.860,50)	(683.029,60)
PROVISÕES		(265.603,29)	(425.827,05)	(366.053,49)
Provisões/Reversões para Contingências		(16.245,50)	(17.820,21)	43.654,94
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(249.357,79)	(408.006,84)	(409.708,43)
RESULTADO OPERACIONAL		19.361.041,19	37.893.846,38	25.096.683,24
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(123.598,94)	(109.832,49)	(19.408,47)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		19.237.442,25	37.784.013,89	25.077.274,77
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		544.864,63	-	(865.413,44)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		333.057,37	-	(489.652,35)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		211.807,26	-	(375.761,09)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(666.369,42)	(1.455.257,45)	(1.250.765,12)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		19.115.937,46	36.328.756,44	22.961.096,21
JUROS AO CAPITAL	15	(1.200.032,15)	(3.048.897,29)	(902.203,99)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		17.915.905,31	33.279.859,15	22.058.892,22
DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS	14.3.1	-	(13.591.049,49)	(9.115.777,03)
FATES		-	(3.316.265,04)	(2.224.011,48)
Fundo de Reserva		-	(9.844.404,83)	(6.471.557,59)
Outras Destinações Estatutárias		-	(1.640.734,14)	(1.078.592,93)
Reversões de Reservas/Fundos		-	1.210.354,52	658.384,97
SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		17.915.905,31	19.688.809,66	12.943.115,19

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercício findos em 31 de dezembro

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Em Reais			
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	19.115.937,46	36.328.756,44	22.961.096,21
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	19.115.937,46	36.328.756,44	22.961.096,21

BALANÇO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findos em 31 de dezembro

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Em Reais
Saldo em 31/12/2020	28.171.580,38	9.913,29	15.335.435,38	2.911.657,28	9.353.391,91	65.862.031,18
Destinações das Sobras do Exercício						
Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	9.298.546,24	-	-	-	(9.355.291,81)	(66.745,37)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.830.055,38	(158.289,31)	-	-	-	1.471.766,07
Por Devolução (-)	(2.223.986,99)	-	-	-	-	(2.223.986,99)
Estorno de Capital	(200,00)	-	-	-	-	(200,00)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	658.384,97	658.384,97
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	22.961.096,21	22.961.096,21
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(902.203,99)	(902.203,99)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	890.741,88	-	-	-	-	890.741,88
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	6.471.557,59	-	(6.471.557,59)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	1.078.592,93	(1.078.592,93)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.078.592,93)	(1.078.592,93)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(1.145.418,55)	(1.145.418,55)
Saldo em 31/12/2021	47.765.920,41	(167.394,79)	21.803.990,97	3.880.250,62	12.943.115,19	86.236.872,49
Destinações das Sobras do Exercício						
Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício	-	-	-	2.718.054,19	(2.718.054,19)	-
Distribuição de sobras para associados	10.155.324,45	-	-	-	(10.225.061,00)	(69.736,55)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.882.450,20	7.214,01	-	-	-	2.889.664,21
Por Devolução (-)	(1.740.409,13)	-	-	-	-	(1.740.409,13)
Estorno de Capital	(13.271,78)	-	-	-	-	(13.271,78)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	1.210.354,52	1.210.354,52
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	36.328.756,44	36.328.756,44
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(3.048.897,29)	(3.048.897,29)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	3.012.962,20	-	-	-	-	3.012.962,20
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	9.844.404,83	-	(9.844.404,83)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	1.640.734,14	(1.640.734,14)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.640.734,14)	(1.640.734,14)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(1.675.530,90)	(1.675.530,90)
Saldo em 31/12/2022	62.963.885,35	(100.290,69)	31.648.335,80	8.248.038,55	19.488.889,66	124.830.459,07

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021	Em Reais
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		19.237.442,25	37.784.013,89	25.077.274,77	
Distribuição de Sobras e Dividendos	(2.068.485,76)	-	(3.928.161,08)	(3.317.708,17)	
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.149.419,31	-	9.614.088,31	5.260.267,08	
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	240.357,79	-	408.006,84	409.708,43	
Provisões/Reversões Não Operacionais	(24.521,77)	-	(22.696,86)	5.060,48	
Provisões/Reversões para Contingências	(11.146,68)	-	17.820,21	(43.654,04)	
Atualização de Depósitos em Garantia	496.512,23	-	991.515,99	(7.540,67)	
Depreciações e Amortizações	-	-	-	945.097,21	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		24.844.822,87	44.844.253,12	28.228.506,19	
(Aumento/Redução) em Ativos Operacionais					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(17.068.024,12)	-	(11.844.947,11)	(7.352.716,37)	
Títulos e Valores Mobiliários	(1.364.052,97)	-	-	(13.732.555,76)	
Relações Interfinanceiras	10.396,85	-	-	-	
Operações de Crédito	(117.896.873,36)	-	(140.269.503,29)	(194.100.552,10)	
Outros Ativos Financeiros	332.562,83	-	(2.051.881,62)	(2.422.012,02)	
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(320.795,11)	-	(748.007,60)	(54.821,88)	
Outros Ativos	(154.103,07)	-	(940.093,89)	(97.581,00)	
(Aumento/Redução) em Passivos Operacionais					
Depósitos à Vista	(4.407.714,20)	-	15.925.348,16	33.189.414,16	
Depósitos a Prazo	48.772.457,63	-	114.950.062,21	45.336.827,93	
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	8.806.789,42	-	51.820.935,97	53.183.797,91	
Relações Interfinanceiras	57.922.969,21	-	64.810.970,48	55.358.905,79	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(348.351,85)	-	(532.737,69)	41.109,09	
Outros Passivos Financeiros	(28.829,08)	-	(218,82)	167.111,65	
Provisões	(30.795,00)	-	(25.803,01)	(24.362,61)	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	198.830,30	-	214.712,77	195.597,55	
Outros Passivos	(1.103.431,18)	-	(2.551.403,38)	2.692.772,74	
FATES - Atos Cooperativos	(1.840.734,14)	-	(1.840.734,14)	(1.078.592,93)	
FATES - Atos Não Cooperativos	(1.675.530,90)	-	(1.675.530,90)	(1.145.418,55)	
Imposto de Renda Pago	34.574,30	-	-	(489.652,35)	
Contribuição Social Pago	-	-	-	(375.761,00)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(8.536.051,77)	119.572.512,59	(2.479.783,65)	
Atividades de Investimentos					
Distribuição de Dividendos Recebidos	-	-	10.371,80	2.532,50	
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	2.068.485,76	-	3.917.789,28	3.315.173,87	
Aquisição de Intangível	76.927,65	-	74.822,00	(2.765,61)	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(816.309,35)	-	(1.393.397,12)	(4.555.007,41)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		1.331.104,06	2.609.585,96	(1.240.066,85)	
Atividades de Financiamentos					
Aumento por novos aportes de Capital	1.450.137,85	-	2.889.673,21	1.471.786,07	
Devolução de Capital à Cooperados	(1.031.912,84)	-	(1.740.409,13)	(2.223.986,99)	
Estorno de Capital	(4.040,96)	-	-	(200,00)	
Distribuição de Sobras para Associados Pago	-	-	(69.736,55)	(56.745,37)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	3.012.962,20	-	3.012.962,20	890.741,88	
Reversão/Realização de Fundos	1.210.354,52	-	1.210.354,52	658.384,97	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		4.637.500,77	5.289.572,47	739.960,56	
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.567.446,94)	127.471.671,02	(2.979.889,94)	
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	302.346.594,82	262.307.446,66	265.287.336,60	
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		389.779.117,88	389.779.117,88	262.307.446,66	
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.567.446,94)	127.471.671,02	(2.979.889,94)	

Aviso: Notas Explicativas Resumidas

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Notas Explicativas Completas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO ALTO VALE DO ITAJAÍ doravante denominado SICOOB ALTO VALE, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/07/1988, filiada à CCC de SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regula-

mentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das institui-

ções que especifica.

O SICOOB ALTO VALE, sediado na RUA PREFEITO WENCESLAU BORINI, N° 890, CANTA GALO, RIO DO SUL - SC, possui 26 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: RIO DO SUL - SC, ITUPORANGA - SC, JOSÉ BOITEUX - SC, PRESIDENTE GETÚLIO - SC, AURORA - SC, IMBUIA - SC, PETROLÂNDIA - SC, POUSO REDONDO - SC, RIO DO OESTE - SC, VIDAL RAMOS - SC, BRAÇO DO TROMBUDO - SC, AGROLÂNDIA - SC, LONTRAS - SC, RIO DO CAMPO - SC, TAIÓ - SC, AGRONÔMICA - SC, IBIRAMA - SC, ATALANTA - SC, PRESIDENTE NEREU - SC, SALETE - SC, MIRIM DOCE - SC, TROMBUDO CENTRAL - SC e PA - DIGITAL.

O SICOOB ALTO VALE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei n° 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo n° 5.764/1971 e pela Lei Complementar n° 130/2009; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil - BCB e Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, consonante à Resolução CMN n° 4.818/2020 e Resolução BCB n° 2/2020, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 27/02/2023.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022.

Resolução CMN n° 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB n° 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN n° 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido

do das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- (I) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
 - (II) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.
- Resolução BCB n° 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1° nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN n° 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- (I) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- (II) a recepção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- (III) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN n° 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 01/01/2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 01/01/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota n° 40 da versão completa.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB n° 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 01/04/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 01/07/2022: Instrução Normativa n° 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa n° 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa n° 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa n° 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa n° 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa n° 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa n° 275, de 1 de abril de 2022, que

define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 01/04/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/04/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SICOOB ALTO VALE contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos

contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço

estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31/12/2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB ALTO VALE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Depósitos Bancários	13.087.508,65	11.317.991,51
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.893.414,12	3.847.376,82
Títulos e Valores Mobiliários	33,29	203.769,35
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira	374.798.161,62	246.938.308,98
TOTAL	389.779.117,68	262.307.446,66

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Não Ligadas - Vinculadas Ao Crédito Rural	11.253.233,94	409.578,26
Não Ligadas C/ Garantia-Vinculadas Ao Crédito Rural	22.098.476,88	23.251.150,15
TOTAL	33.351.710,82	23.660.728,41

6. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	4.784,98	1.240.505,26	596.690,23	663.167,56
Vinculados a Prestação de Garantias	-	20.748.664,74	-	18.442.584,78
Participação em Cooperativa Central de Crédito	-	10.348.424,70	-	-
Participação em Instituições Financeiras Controladas por Cooperativas	-	30.000,00	-	-
TOTAL	4.784,98	32.367.594,70	596.690,23	19.105.752,34

7. Operações de Crédito

Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	TOTAL em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	TOTAL em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	14.189.101,76	9.600.302,76	29.694.944,31	53.484.348,83	-	52.392.241,58	-
A 0,50% Normal	88.326.120,28	59.182.679,80	90.144.054,23	237.652.854,11	(1.188.264,27)	223.586.020,26	(1.117.930,10)
B 1% Normal	130.511.359,05	60.890.241,91	44.875.802,14	236.277.403,10	(2.362.774,09)	165.572.064,91	(1.655.720,65)
B 1% Vencidas	403.414,60	345.093,27	-	748.507,87	(7.485,08)	560.729,43	(5.607,29)
C 3% Normal	76.676.233,20	31.349.616,53	15.983.106,98	124.009.156,71	(3.720.274,76)	82.666.005,93	(2.479.980,18)
C 3% Vencidas	1.462.226,19	1.856.131,87	-	3.318.358,06	(99.551,00)	1.033.159,82	(30.995,00)
D 10% Normal	9.145.185,45	2.368.065,06	956.107,01	12.469.357,52	(1.246.935,75)	6.228.899,10	(622.889,91)
D 10% Vencidas	1.467.552,85	487.736,56	-	1.955.289,41	(195.528,94)	536.424,99	(53.642,50)
E 30% Normal	1.265.111,67	235.480,96	24.403,31	1.524.995,94	(457.498,78)	1.051.003,22	(315.300,97)
E 30% Vencidas	1.379.190,20	374.887,97	-	1.754.078,17	(526.223,45)	313.088,07	(93.926,42)
F 50% Normal	680.796,25	135.487,47	-	816.283,72	(408.141,86)	378.397,00	(189.198,50)
F 50% Vencidas	1.183.084,92	398.521,64	-	1.581.606,56	(790.803,28)	437.643,60	(218.821,80)
G 70% Normal	479.715,05	19.766,19	26.096,74	525.577,98	(367.907,79)	1.315.506,51	(920.854,56)
G 70% Vencidas	783.057,93	622.956,42	16.113,57	1.422.127,92	(995.489,54)	162.250,72	(113.676,79)
H 100% Normal	2.161.013,47	125.160,08	39.195,34	2.325.368,89	(2.325.368,89)	1.918.964,23	(1.918.964,23)
H 100% Vencidas	3.057.286,52	320.625,51	16.055,05	3.393.967,08	(3.393.967,08)	1.852.637,85	(1.852.637,85)
TOTAL Normal	323.434.636,18	163.997.006,56	181.743.712,06	668.085.354,80	(12.077.166,19)	535.109.102,74	(9.220.839,10)
TOTAL Vencidas	9.735.813,21	4.405.953,24	32.168,62	14.173.935,07	(6.009.048,37)	4.895.934,48	(2.369.207,65)
TOTAL Geral	333.170.449,39	168.312.959,80	181.775.880,68	682.259.289,87	(18.086.214,56)	540.005.037,22	(11.590.046,75)
Provisões	(12.983.680,94)	(3.536.832,38)	(1.566.791,24)	(18.086.214,56)	(18.086.214,56)	(11.590.046,75)	(11.590.046,75)
TOTAL Líquido	320.186.768,45	164.777.127,42	180.209.179,44	665.173.075,31	-	528.414.990,47	-

8. Outros Ativos Financeiros

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos Por Avals E Fianças Honorários	886.304,15	-	362.687,25	-
Rendas A Receber	7.071.160,16	-	5.180.909,44	-
Títulos E Créditos A Receber	4.914,68	-	5.594,45	-
Devedores Por Depósitos Em Garantia	-	517.653,00	-	573.127,12
(-) Provisão - Tarifas Pendentes	(4.914,68)	-	(5.594,45)	-
TOTAL	7.957.464,31	517.653,00	5.543.596,69	573.127,12

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	TOTAL em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	TOTAL em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E 30% Vencidas	201.204,39	201.204,39	(60.361,32)	68.818,08	(20.645,42)
F 50% Vencidas	70.152,07	70.152,07	(35.076,04)	32.278,39	(16.139,20)
G 70% Vencidas	98.999,86	98.999,86	(69.300,03)	21.792,72	(15.254,97)
H 100% Vencidas	515.947,83	515.947,83	(515.947,82)	239.798,06	(239.798,06)
TOTAL Vencidos	886.304,15	886.304,15	(680.685,21)	362.687,25	(291.837,65)
TOTAL Geral	886.304,15	886.304,15	(680.685,21)	362.687,25	(291.837,65)
Provisões	(680.685,21)	(680.685,21)	(680.685,21)	(291.837,65)	(291.837,65)
TOTAL Líquido	205.618,94	205.618,94	-	70.849,60	-

9. Outros Ativos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos e Antecipações Salariais	168.634,41	149.078,93
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	100,00	10.216,10
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	866.269,00	-
Devedores Diversos - País	190.061,32	93.952,21
Material em Estoque	853,05	4.454,00
Despesas Antecipadas	139.389,74	136.969,46
Sem Característica de Concessão de Crédito	(5.515,36)	(6.669,29)
TOTAL	1.359.792,16	388.001,41

10. Depósitos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósito à Vista	221.079.768,33	205.154.420,17
Depósito a Prazo	497.217.946,84	382.258.854,63
TOTAL	718.297.715,17	587.413.274,80

11. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e às Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	36.773.662,12	-	5.066.411,77	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	42.732.333,78	41.388.313,66	8.852.662,25	55.154.299,57
TOTAL	79.505.995,90	41.388.313,66	13.919.074,02	55.154.299,57

12. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	01/2023 a 12/2032	93.170.120,06	49.765.600,44	40.553.035,25	36.092.078,74
Recursos da Cooperativa Central	11/2023 a 03/2031	2.721.244,30	8.687.543,22	2.318.474,11	10.569.949,44
TOTAL	-	95.891.364,36	58.453.143,66	42.871.509,36	46.662.028,18

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Cooperativa Central	10/2023	1.470.144,79	1.304.224,59
Obrigações por Repasses - Microcrédito (BRDE)	04/2023	333.333,34	1.031.991,47
TOTAL	-	1.803.478,13	2.336.216,06

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo do Sicoob - Banco Sicoob	(3.082.555,66)	(4.851.390,69)	(1.894.958,12)
Cooperativa Central	(477.656,90)	(924.147,39)	(622.433,91)
Outras Instituições	(964.341,85)	(971.627,85)	(31.991,47)
TOTAL	(4.524.554,41)	(6.747.165,93)	(2.549.383,50)

13. Outros Passivos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias (a)	11.356.450,69	8.738.113,28
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	978.564,20	892.226,36
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.497.847,67	3.054.456,94
Credores Diversos - País	590.439,50	1.785.754,12
TOTAL	16.423.302,06	14.470.550,70

A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Participações nas Sobras	1.180.459,27	921.536,36
Cotas de Capital a Pagar	1.974.383,49	1.720.879,51
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	8.201.607,93	6.095.697,41
TOTAL	11.356.450,69	8.738.113,28

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	61.903.794,66	47.599.515,71
Associados	45.812	40.334

14.2 Reserva de Sobras

14.2.1 Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 30%, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	21.803.990,97	15.332.433,38
Destinação do Exercício	9.844.404,83	6.471.557,59
TOTAL	31.648.395,80	21.803.990,97

14.2.2 Fundo de Estabilidade Financeira - F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5%, destinada a dar lastro a eventuais deficiências financeiras, bem como para que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	3.890.250,62	2.811.657,69
Destinação AGO	2.718.054,19	1.078.592,93
Destinação	1.640.734,14	-
TOTAL	8.249.038,95	3.890.250,62

14.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2022 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em 31/12/2021, no valor de R\$ 12.943.115,19 (doze milhões, novecentos e quarenta e três mil, cento e quinze reais e dezenove centavos), da seguinte forma: 21% no valor de R\$ 2.718.054,19 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, cinquenta e quatro reais e dezenove centavos) destinados ao Fundo de Estabilidade Financeira e 79% no valor de R\$ 10.225.061,00 (dez milhões, duzentos e vinte e cinco mil e sessenta e um reais) distribuído aos associados mediante capitalização de novas quotas-parte de capital.

14.3.1 Destinações Estatutárias e Legais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	36.328.756,44	22.961.096,21
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(3.048.897,29)	(902.203,99)
03. Resultado do Exercício (1+2)	33.279.859,15	22.058.892,22
04. Absorções e Reversões	(465.176,38)	(487.033,58)
(+) FATES	1.210.354,52	658.384,97
(-) FATES Resultado com Não Associados	(1.675.530,90)	(1.145.418,55)
05. Sobras Líquidas (3+4)	32.814.682,77	21.571.858,64
06. Destinações Estatutárias e Legais	(13.125.873,11)	(8.628.743,45)
(-) FATES 5%	(1.640.734,14)	(1.078.592,93)
(-) Reserva Legal 30%	(9.844.404,83)	(6.471.557,59)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 5%	(1.640.734,14)	(1.078.592,93)
07. Sobra à disposição da Assembleia Geral (5+6)	19.688.809,66	12.943.115,19

15. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 45% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aprovada pelo Conselho de Administração conforme ATA nº. 428 de 21/12/2022. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

16. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	5.117.691,60	6.301.170,31
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.142.655,72)	(1.121.209,42)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.210.417,30)	(2.262.048,48)
Resultado operacional	2.764.618,58	2.917.912,41
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(109.832,49)	(19.408,47)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.654.786,09	2.898.503,94
JRPP/CSLL	-	(865.413,44)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16	(979.255,19)	(887.671,95)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.675.530,90	1.145.418,55

17. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	94.502,35	177.412,35	106.761,50
Rendas de Empréstimos	30.087.100,91	54.405.476,63	32.312.918,37
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.299.238,54	3.887.193,39	2.058.729,07
Rendas de Financiamentos	14.649.972,26	26.783.862,56	14.249.434,63
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.366.226,62	4.418.313,39	3.292.002,16
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	759.615,67	1.340.499,74	1.047.027,31
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	676.121,88	1.142.709,02	435.720,21
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	1.871.992,19	2.499.890,04	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	552.822,00	1.385.380,21	1.247.271,20
Rendas de Créditos por Avais e Franjas Honorários	14.513,68	17.882,77	37.567,03
(-) Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-	(528,74)	(2.619,49)
TOTAL	53.372.106,10	96.058.091,36	54.784.811,99

18. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Captação no Mercado	(36.699.763,10)	(61.684.145,48)	(17.723.607,90)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.524.554,41)	(6.747.165,93)	(2.549.383,50)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(6.149.419,31)	(9.614.088,31)	(5.260.267,08)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	4.533.472,25	8.600.809,95	5.947.676,28
Reversões de Provisões para Outros Créditos	886.377,39	950.812,87	232.642,54
(-) Provisões para Operações de Crédito	(10.982.302,80)	(18.112.228,40)	(10.904.759,72)
(-) Provisões para Outros Créditos	(586.966,15)	(1.053.482,73)	(535.826,18)
TOTAL	(47.373.736,02)	(78.045.399,72)	(25.533.258,48)

19. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	1.156.010,85	2.326.136,90	2.353.917,79
Rendas de Outros Serviços	2.913.607,89	5.740.823,30	6.342.634,00
TOTAL	4.069.618,74	8.066.960,20	8.696.551,79

20. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Serviços Prioritários - PF	156.721,50	341.551,70	447.317,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	30.428,00	61.072,00	8.447,00
Rendas de Tarifas - PJ	399.293,14	824.392,98	927.863,17
TOTAL	586.442,64	1.227.016,68	1.383.627,67

21. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários	(460.466,33)	(1.044.503,20)	(1.129.197,25)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.473.154,07)	(4.427.378,57)	(1.666.967,96)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.221.905,38)	(4.078.120,77)	(3.091.374,06)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.445.678,77)	(11.689.281,51)	(8.635.201,50)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(16.028,47)	(22.486,30)	(80.390,39)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(13.254,59)	(21.735,28)	(13.760,73)
TOTAL	(11.630.487,61)	(21.283.505,63)	(16.875.624,64)

22. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(106.762,27)	(263.007,32)	(215.165,64)
Despesas de Aluguéis	(738.471,15)	(1.435.966,16)	(1.166.967,96)
Despesas de Comunicações	(271.937,25)	(531.884,58)	(409.323,69)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(266.617,55)	(532.161,15)	(503.763,18)
Despesas de Material	(121.548,64)	(228.330,80)	(203.284,22)
Despesas de Processamento de Dados	(967.992,45)	(1.910.535,72)	(1.882.778,76)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(420.697,38)	(770.869,20)	(424.392,86)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(257.424,81)	(493.339,76)	(375.825,73)
Despesas de Publicações	-	-	(10.318,00)
Despesas de Seguros	(120.038,61)	(218.148,25)	(198.468,70)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.873.331,39)	(3.378.129,55)	(2.625.646,75)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.010.875,17)	(1.813.996,83)	(1.392.479,93)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(696.786,16)	(1.367.642,03)	(866.534,96)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(595.765,59)	(1.106.370,99)	(1.044.182,15)

Despesas de Transporte	(396.474,40)	(1.102.647,97)	(1.264.617,72)
Despesas de Viagem no País	(33.183,23)	(63.382,66)	-
Despesas de Amortização	(16.971,27)	(42.030,12)	(58.346,43)
Despesas de Depreciação	(479.540,96)	(949.485,87)	(786.750,78)
Outras Despesas Administrativas	(1.861.286,10)	(3.407.595,74)	(2.631.990,95)
TOTAL	(10.225.704,38)	(19.615.524,70)	(16.060.838,41)

23. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Modalidade	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	3.051.321,09	0,40%	21.685,30
Sem vínculo de Grupo Econômico	801.018,74	0,11%	3.689,12
TOTAL	3.852.339,83	0,51%	25.374,42
Montante das Operações Passivas	4.078.090,96	0,61%	-

b) Operações ativas e passivas:

Natureza da Operação de Crédito	Saldo Devedor	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	27.042,04	-	11,7
Financiamentos Rurais	2.883.940,33	8.951,29	1,59%
Empréstimos	1.383.381,90	11.180,05	0,46%
Financiamentos	1.503.585,70	10.033,77	0,89%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	1.126.420,66	0,52%	-
Depósitos a Prazo	3.078.224,07	0,62%	1,04%

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	113.672.358,27	80.721.711,01
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	717.470.496,41	63.384.300,84
Índice de Basileia (mínimo 12%)	15,84	14,65
Imobilizado para cálculo do limite	7.130.955,09	10.360.457,67
Índice de imobilização (limite 50%)	6,27	8,28

25. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

O detalhamento por tipo de gerenciamento de riscos está disponível na versão completa das Notas Explicativas.

RIO DO SUL-SC

Pedro Locks
Presidente

Miriam Peixe Hinghaus
Diretora Administrativa

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços listados na seção inicial das notas explicativas resumidas. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa em 03/03/2023 sem modificações.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Alto Vale do Itajaí - Sicoob Alto Vale, CNPJ: 80959612

Rio do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Alto Vale do Itajaí - Sicoob Alto Vale, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Alto Vale em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações

contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção

relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 3 de março de 2023.



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nós, membros do conselho fiscal da Cooperativa de Crédito Alto Vale do Itajaí - Sicoob Alto Vale, analisamos todas as peças contábeis que compõe o Balanço Geral, encerrado de 31 de dezembro de 2022, recomendamos a aprovação das contas pela Assembleia Geral Ordinária, após constatar conformidade com a legislação vigente.

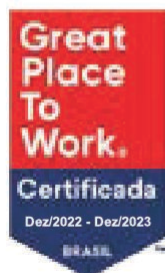
Rio do Sul, 13 de Março de 2023.

Gilberto Antônio Cristofolini
Coordenador

Odaír Antônio Beckhauser
Secretário

Vergílio Bento Neto
Conselheiro

Sicoob Alto Vale integra lista das melhores empresas para trabalhar



O Sicoob Alto Vale conquistou o selo Great Place to Work (GPTW) - Melhores Empresas para Trabalhar. A pesquisa de clima organizacional foi aplicada, pela equipe GPTW, com os colaboradores da cooperativa nos meses de novembro e dezembro de 2022. Por meio do resultado, a consultoria global concedeu o selo Great Place to Work no dia 15 de dezembro.

“Essa pesquisa confidencial é realizada de forma online e busca informações sobre o ambiente de trabalho, traçando um diagnóstico de clima organizacional, levando em conta a gestão e as práticas voltadas às pessoas e seu desenvolvimento. Este foi o primeiro ano que o Sicoob Alto Vale participou e já conseguimos apresentar índices importantes, claro que também pudemos

perceber onde ainda precisamos trabalhar e faremos isso. Tudo pensando em fazer da nossa cooperativa, a cada ano, o melhor lugar para trabalhar”, explicou a diretora administrativa do Sicoob Alto Vale, Miriam Peixe Hinghaus.

O GPTW é a autoridade global no mundo do trabalho e especialista em transformar organizações em um Great Place to Work. Presente em empresas

de 90 países, tem aplicado pesquisas nos últimos 25 anos e anualmente coleta dados de mais de 10 mil empresas e 12 milhões de funcionários. Desta forma, possui uma infinidade de maneiras de comparar o ambiente de trabalho de uma empresa com o mercado.

A notícia da conquista do selo Great Place to Work foi repassada ao time Sicoob Alto Vale no finzinho de 2022.



SMART POS



A evolução chegou para você vender melhor.

- Mais moderna e rápida.
- Bateria com maior autonomia.
- Já vem com chip.
- Crédito, Débito, PIX, NFC.
- Condições especiais.
- Taxas personalizadas.



ENTREGA IMEDIATA!

GARANTA JÁ A SUA!

SAIBA MAIS EM: [SIPAAG.COM.BR](https://sipaag.com.br)

[Facebook](https://www.facebook.com/sipaag) [Instagram](https://www.instagram.com/sipaag)

SICOOB sipag
Alto Vale

Central de Atendimento Sipag: Capitais: 0800-9974 | Demais localidades: 0800-729-7474 | Ouvidoria: 0800-646-4000
Segunda a sexta, das 9h às 18h | Deixamos nossos ouvidores ao telefone: 0800-940-0458 - Segunda a sexta, das 9h às 18h